

ATA DA VIGÉSIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 19-12-2022.

---

Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quinze horas e dezenove minutos, foi realizada chamada para a vigésima Sessão extraordinária, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Karen Santos, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Pai Ricardo d'Oxum e Pedro Ruas. Em Pauta, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª Sessão: os Projetos de Lei do Executivo nºs 040 e 041/22; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 114/21 e 415/22; e os Projetos de Resolução nºs 063 e 069/22. Em Comunicação de Líder, pronunciaram-se Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Roberto Robaina, Leonel Radde e Moisés Maluco do Bem. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Leonel Radde solicitando a retirada de priorização do Projeto de Lei do Legislativo nº 178/21 (Processo nº 0472/21), bem como a inclusão, na priorização da Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária, do Projeto de Lei do Legislativo nº 186/21 (Processo nº 0489/21). Em Comunicação de Líder, pronunciaram-se Cezar Augusto Schirmer, Jessé Sangalli e Aldacir Oliboni. Às dezesseis horas e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a Ordem do Dia. Foram aprovados Requerimentos verbais, formulados por Aldacir Oliboni, solicitando o adiamento, por uma Sessão, da discussão dos Projetos de Lei do Legislativo nºs 081/17, 032, 067 e 544/21, e 256/22 (Processos nºs 0816/17, e nºs 0108, 0220 e 1217/21 e 0515/22, respectivamente). Foram apregoadas a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, a Emenda nº 02 e a Emenda nº 03, apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 019/22 (Processo nº 0840/22). Foram aprovados Requerimentos solicitando a dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, da Emenda nº 02 e da Emenda nº 03 apostas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo às Comissões Permanentes. Foram apregoadas as Emendas nºs 01 e 02 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 271/22 (Processo nº 0542/22) e foi aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio às Comissões Permanentes destas Emendas. Foi apregoado Requerimento solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 271/22. Foi apregoada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 271/22 e foi aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio às Comissões Permanentes desta Emenda. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar

do Executivo nº 019/22 (Processo nº 0840/22), discutido por Pedro Ruas, Mari Pimentel, Ramiro Rosário, Jonas Reis e Comandante Nádia e encaminhado à votação por Roberto Robaina, Pedro Ruas, Claudio Janta e Alexandre Bobadra. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 019/22 (Processo nº 0840/22), em votação nominal solicitada por Jonas Reis, por vinte e quatro votos SIM e quatro votos NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pai Ricardo d'Oxum, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e tendo votado Não Aldacir Oliboni, Jonas Reis, Karen Santos e Roberto Robaina. Idenir Cecchim, presidindo, registrou as intenções de Karen Santos e Pedro Ruas em terem votado contrariamente à Emenda 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 019/22. Foi aprovada a Subemenda 01 à Emenda 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 019/22. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 019/22, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, por vinte e dois votos SIM e cinco votos NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pai Ricardo d'Oxum e Ramiro Rosário, e tendo votado Não Aldacir Oliboni, Jonas Reis, Karen Santos, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 019/22. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 019/22, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, por vinte e três votos SIM e cinco votos NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pai Ricardo d'Oxum, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e tendo votado Não Aldacir Oliboni, Jonas Reis, Karen Santos, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Idenir Cecchim, presidindo, informou que, por acordo de lideranças, seriam apreciados imediatamente os Projetos de Lei do Executivo nºs 042/22 e 047/21 (Processos nºs 0890/22 e 1170/21, respectivamente). Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 042/22 (Processo nº 0890/22), após ser encaminhado à votação por Jonas Reis, em votação nominal solicitada por Pedro Ruas, por vinte e cinco votos SIM e quatro votos NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pai Ricardo d'Oxum,

Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e tendo votado Não Aldacir Oliboni, Karen Santos, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 047/21 (Processo nº 1170/21), após ser discutido por Jonas Reis e Ramiro Rosário. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Resolução nº 060/22 (Processo nº 0743/22). Às dezessete horas e quarenta e dois minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão extraordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim e Claudio Janta. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

---

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h19min:** Havendo quórum, passamos à

### **PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

#### **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0859/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 040/22**, que inclui o inc. IX no art. 2º e § 4º no art. 3º ambos da Lei nº 5.994 de 25 de novembro de 1987. **(SEI 118.00521/2022-54)**

**PROC. Nº 0863/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 041/22**, que altera o *caput* e as als. *a*, *b* e *c* do inc. II do art. 1º e o parágrafo único do art. 5º, inclui o inc. V no art. 1º e revoga os §§ 1º a 6º do art. 10 e os arts. 13, 14 e 15, todos da Lei nº 10.087, de 16 de novembro de 2006, e revoga o art. 48 da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988. **(SEI 118.00523/2022-43)**

**PROC. Nº 0313/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 114/21**, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que institui o Programa de Incentivo à Qualidade de Vida e à Mobilidade Urbana. **(SEI 041.00019/2021-58)**

**PROC. Nº 0854/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 415/22**, de autoria da Mesa Diretora, que altera o *caput* e o inc. VI do § 3º do art. 50-M da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, incluindo os cargos de Engenheiro e Arquiteto no rol dos cargos que podem perceber a Gratificação pelo Exercício de Atividades Especiais e de Apoio em Eventos (GEA) e dá outras providências. **(SEI 014.00033/2022-60)**

**PROC. Nº 0770/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 063/22**, de autoria da Mesa Diretora, que cria 4 (quatro) cargos de Jornalista Repórter, 2 (dois) cargos de Jornalista Repórter Fotográfico e 1 (um) cargo de Jornalista Radialista no item Serviço de Divulgação do Quadro dos Cargos Efetivos da Câmara Municipal de Porto Alegre, constante no art. 9º da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986, que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências, e alterações posteriores. **(SEI 014.00022/2022-80)**

**PROC. Nº 0815/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 069/22**, de autoria da Mesa Diretora, que altera a descrição sintética e a descrição analítica das atribuições, os requisitos para o recrutamento e as condições de trabalho do cargo de Ajudante Legislativo, constante no Anexo I da Lei 5.811, de 8 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores. **(SEI 014.00031/2022-71)**

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Quero saudá-lo, Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu poderia deixar passar este momento, mas eu venho aguardando uma manifestação da oposição no sentido da lei das estatais. Aquela votação na calada da noite em Brasília, que deu oportunidade que se mude de uma quarentena de 36 meses, três anos, oposição e situação votaram para que se mudasse para um mês, para que Aloísio Mercadante pudesse assumir. Eu não estou indignado com o PT ou com a bancada da esquerda, eu estou indignado é com a bancada da direita, que foi votar com Aloísio Mercadante, que aceitou terminar com a quarentena de 36 meses para um mês apenas e colocar alguém da esquerda. Ou seja, a esquerda já volta ao poder fazendo as mesmas atitudes que fazia antes. Lamento que do meu partido também, de quatro deputados do Estado, três votaram pela mudança na lei das estatais, beneficiando Aloísio Mercadante. Que vergonha, que vergonha essa política brasileira! Que vergonha votar na mudança das leis para uma pessoa que estava fazendo toda a campanha eleitoral do Presidente que vai tomar posse no ano que vem. Eu estou envergonhado. A política não é essa seriedade que eles dizem; se uniram todos de novo, e vocês serão surpreendidos, a partir de março, entre bolsonaristas no governo com ministérios. Tudo a mesma coisa. O político não tem vergonha na cara! Aqui no Rio Grande do Sul, muita gente passou batido, não teve informação de quem votou a favor e quem votou contra na lei das estatais. Gente de direita, bolsonarista, votou com a esquerda; com a esquerda que, aqui neste plenário, diziam que eram de assassinos, que eles eram genocidas. Aqui se debateu! E eu não vi ninguém da esquerda neste momento falar. São todos iguais! São políticos iguais, interesseiros, que se trocam por qualquer

moeda. Eu não poderia deixar passar em branco! Político tem que ter vergonha na cara, e a maioria não tem! Esta é a realidade. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Obrigado, Presidente. O Ver. Cassiá traz um tema muito relevante aqui na tribuna, e eu fiquei motivado a vir falar também. Realmente é uma vergonha. E eu queria separar a minha fala em duas partes, primeiro, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, chamar a atenção para a hipocrisia da bancada de oposição, que, durante os últimos anos, falava de orçamento secreto, falava da locupletação dos cargos do governo, falava do uso político das estatais, dos programas de benefício, *etc.* Pois aí está – aí está –, o orçamento secreto virou emenda de relator, e não bastasse isso, foi aprovado com votos juntos da bancada do Lula mais a bancada governista do Bolsonaro. Uma grande coalisão de parlamentares, que, em campanha eleitoral, eu faço a questão de chamar aqui para a fala do Lula, em campanha eleitoral, dizendo, Ver. Oliboni, que o orçamento secreto era possivelmente o maior escândalo de corrupção da história da República – frase essa repetida pela Simone Tebet. Pois estão lá, deputados do PT, do MDB, e de tantos outros partidos, votando favoravelmente à consolidação dessa medida.

Agora, ontem, na madrugada praticamente, Gilmar Mendes...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** O Lula disse isso, Ver. Bosco, sobre corrupção, exatamente, que novidade, não é, Ver. Bosco?

E, na calada da noite, o ministro Gilmar Mendes mostra que nós podemos dissolver o Legislativo no País, Ver. Cecchim. Para que serve investir dinheiro em eleição de deputado, de senador, para que serve investir dinheiro, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, em eleição de vereador? Para que serve o Poder Legislativo, se 11 ministros decidem e dane-se? Ou melhor, um ministro – desculpem o meu “dane-se”, o meu francês. Mas de que adianta o Legislativo? O Ver. Moisés Barbosa ri, mas é de rir para não chorar, não é, vereador? O Legislativo não serve mais para nada, os presidentes do Senado e do Congresso ajoelharam-se perante a Suprema Corte e aceitaram a morte do Legislativo. E aí é muito curioso, Ver. Schirmer, que tanto se fala sobre ditadura, sobre autoritarismo, sobre romper com a separação dos Poderes, mas o problema deste País é falar sobre isso, porque quando se faz, aí está tudo certo. E se tu és ministro do Supremo e faz a ruptura da tripartição de Poderes, sobrepõe o Legislativo, aí está tudo certo. Melhor ainda, o orçamento secreto, ou as emendas de relator estão vigendo há mais de ano, até então, nenhum problema para o Supremo Tribunal Federal. Bastou ser véspera da posse do novo Presidente, que se decidiu acabar com esse negócio, afinal de contas

tirava o poder do Presidente da República, dificultava o arranjo e a negociação para governabilidade, tudo muito conveniente, tal qual foi a conveniência do ministro Gilmar em tirar o Auxílio Brasil de dentro da conta do teto de gastos: “Vamos tirar isso, seu Presidente Lula, vamos tirar isso, vamos facilitar para o senhor. Não vamos deixar vocês ficarem com esse ‘pepino político’ de ter que negociar maioria na Câmara, no Congresso, o senhor fique tranquilo, vamos garantir o programa, e você se preocupe em governar.” E o STF está lá fazendo o papel de base do governo, uma vergonha – uma vergonha! O PSOL votou contra, registra o Ver. Pedro Ruas, o Partido NOVO também votou contra. Uma pena que foram tão poucos, Ver. Ruas, foram tão poucos, frente a tudo o que nós vimos no debate eleitoral, era para ter sido uma derrota acachapante do orçamento secreto, mas, pelo contrário, foi uma vitória acachapante, só 66 deputados votaram contrariamente. Uma pena, é lamentável, e mostra que o discurso é só de ocasião, na prática mesmo, o jogo é outro, e também o discurso da tripartição de poderes, ou da ameaça à separação dos poderes ou a democracia. Só é amedrontador quando se fala alguma coisa vista como possível atentado à democracia; na hora que se comete o atentado, na hora que se viola os poderes do Legislativo, na hora que você avança sobre a prerrogativa de deputados e senadores, aí tá tudo certo, que basta ser um do Supremo que fica tudo legalizado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Vereadores, vereadoras, público que assiste à TVCâmara, pessoas que estão nas galerias conosco, venho provocado pela intervenção do Ver. Cassiá, que acho muito importante. O primeiro ponto é que eu espero que tu deixes de ser sustentação, como tens sido, ao bolsonarismo. Felizmente o Bolsonaro, acho que tem mais 12 dias para terminar sua presidência. Isso tem alguma relação com a questão das estatais. Aqui teve dois temas tratados, o tema do Cassiá, abordando a questão da Lei das Estatais, e o do Felipe Camozzato, sobre o orçamento secreto.

Como todos sabem, o PSOL entrou inclusive na justiça contra o orçamento secreto, votou contra essa maquiagem, uma mudança que ocorreu, o Congresso votou efetivamente, e o Senado, uma mudança que tirou o que tinha de mais absurdamente ilegal no orçamento, algumas partes como aquelas em que o nome do deputado autor da emenda ficava sem publicidade, mas concentrou, justamente deu enormes poderes para o presidente da Câmara, para o relator, para o presidente do Senado, e também às direções, aos líderes partidários. Foi um arranjo no Congresso Nacional para garantir muitos poderes para o Congresso Nacional, e desse ponto de vista, menor poder para a população, menor capacidade de planejamento também, razão pela qual o PSOL votou contra, e entrou na justiça e ganhou. O Supremo deu 6 a 5 contra e aprovou a proposição do PSOL. Foi o PSOL que entrou. Não foi o PP, Ver. Cassiá, foi o PSOL, e

nós ganhamos. Não sei agora como é que vai ficar, mas nós ganhamos no Supremo, isso tem muita importância.

Sobre a Lei das Estatais, discordo do Cassiá, porque não acho que as estatais não possam ter políticos, a questão é a qualidade dos políticos. Em tese, não pode ter ladrão, o que não quer dizer que não seja um dirigente partidário, então tem que se examinar a qualidade do dirigente. Eu acho que, por exemplo, a mudança da Lei das Estatais, eu ouvi muito a imprensa, a mídia falar que foi em função do Mercadante; eu não penso que foi em função disso. O Mercadante é um quadro político de altíssimo nível. Pode-se divergir politicamente do Mercadante, mas ele é de altíssimo nível. O Mercadante, como presidente do BNDES, eu não vejo nenhuma incoerência, ao contrário, o Mercadante foi parte fundamental da campanha do Lula, foi senador, é um economista muito conceituado, pode muito bem assumir esse banco público, tem muita qualidade para isso, eu não vejo nenhum problema. O que eu sei é que, de fato, essa mudança da Lei das Estatais, assim como a negociação do orçamento secreto, são concessões que o Presidente eleito – isso é a minha interpretação, o Olíboni pode usar a palavra, ou o Radde – está tendo que fazer, é evidente, concessões ao presidente da Câmara, que foi fortalecido pelo atual Presidente Bolsonaro, que, para não sofrer um processo de *impeachment*, que certamente sofreria, porque cometeu crimes tão absurdos, tão claros, tão comprovados, nós temos uma comissão parlamentar de inquérito que mostrou a corrupção do governo na compra das vacinas, que demonstrou como esse governo esteve ligado com a morte, que poderia ter sido evitada, de quase 400 mil brasileiros. O Bolsonaro fez um acordo com Arthur Lira, o atual presidente da Câmara, para dar plenos poderes para este presidente da Câmara, que tem um histórico de acusações de corrupção, uma aliança entre o Lira e o Bolsonaro, de tal forma que o Lira completasse o mandato e que Bolsonaro utilizasse o poder público para fazer verdadeiros crimes durante a última campanha eleitoral. E agora vai ser investigado, o Tribunal Superior Eleitoral apontou uma série de crimes do Bolsonaro na campanha eleitoral, e o Lira ficou com poder de tal forma que o Lula, para aprovar a PEC, que é uma PEC que garante algo que todos os candidatos se comprometeram na campanha, algo básico, que é a garantia do Bolsa Família em R\$ 600,00 e os R\$ 150,00 por criança, é algo básico, e o Lira está chantageando com algo básico. Só aprova – ainda não aprovou na Câmara, só no Senado – garantindo poderes para o presidente da Câmara; aí o presidente Lula fez a opção por fazer essa negociação. O PSOL não entrou nessa negociação, o PSOL manteve a sua posição, que é contrária ao orçamento secreto e contrária à eleição do Lira.

Cassiá, o Lira certamente vai ser apoiado pelo seu partido, e o Felipe Camozzato, que corretamente aqui fez críticas democráticas, deveria ter coerência e apontar que o governador do seu partido é um dos governadores mais ativos na defesa do Bolsonaro, um dos que foram mais ativos na defesa do Lira, e o Lira é o chefe do orçamento secreto. Então nós temos que dizer as coisas como são. Eu acho muito ruins os acordos que estão sendo feitos no Congresso Nacional, porque são acordos que, para atender interesses elementares do povo, funcionam na base da chantagem. Os deputados precisam receber algo em troca para votar o que seria obrigação deles de votar, que é o

Bolsa Família, que são as melhorias mínimas para o povo. Mas não! Eles querem algo em troca, eles querem negociar! O Lira é o chefe dessa negociação, e o Lula, para aprovar sua PEC, fez essa negociação. Nós, do PSOL, não entramos nesse processo de negociação, vamos inclusive negar a candidatura do Lira para a presidência da Câmara, porque achamos que ele não merece ser o presidente da Câmara, que o Lira, como presidente da Câmara, é a demonstração de um Congresso Nacional contrário aos interesses populares. Mas nós também queremos dizer as coisas como são, e, em primeiro lugar, as coisas querem dizer isso: o Bolsonaro fortaleceu o Lira, e, se nós, de verdade, Ver. Cassiá e Ver. Felipe Camozzato, quisermos que haja transparência no Congresso Nacional, os seus partidos precisam ajudar a que essa transparência exista e não continuar sustentando o Lira como os partidos de vocês estão fazendo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Lira foi recebido com refrigerante, ontem, no hotel, pelo Lula.

O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde, população que nos assiste pela TVCâmara e que está hoje aqui neste nosso plenário. Eu, escutando aqui as críticas realizadas pelo Ver. Cassiá, pelo Ver. Camozzato, fico pensando que poderia chamá-los de camaradas – assim como parece que eu tenho que chamar o Lira agora, daqui para a frente, parece que o Lira não é do mesmo partido do nosso Ver. Cassiá, parece que ele agora é meu companheiro de partido. Mas é bom que se tragam verdades aqui para este plenário – sempre foi; é importante que se tragam aqui informações relevantes sobre, inclusive, o fim da Lei das Estatais.

O Lira defendia, desde abril de 2022, o fim dessa Lei das Estatais; depois, em junho, novamente, ele defendeu o fim dessa lei. Eu não escutei nenhum parlamentar aqui do Partido Progressista, do Partido NOVO, nenhum parlamentar da direita criticar o fim da Lei das Estatais. Aí, quando dizem que essa Lei das Estatais pode vir a favorecer o Mercadante, trazem essa *fake news* aqui como se esse fosse o motivo. Na verdade, o Mercadante não necessita do fim da Lei das Estatais, porque ele não teve uma participação direta na campanha do Presidente Lula, não foi remunerado, não participou da coordenação. Ele foi um consultor da sua campanha; logo, não aproveita o fim da Lei das Estatais. Então essa revolta seletiva, esse discurso moralista simplesmente silencia sobre aspectos relevantes; em outro momento, faz um discurso aqui apaixonado, vinculado a uma moralidade que não existe, não nos serve mais.

Nós temos que trabalhar com seriedade, trazer os dados relevantes, trazer a verdade para o debate e não ficar tentando aqui fazer esse tipo de populismo. Eu fico também escutando o Camozzato falar sobre “furo o teto de gastos, que absurdo os investimentos que serão feitos a partir do fim do teto de gastos”, mas eu me pergunto: quando o Bolsonaro passou R\$ 800 bilhões do teto de gastos, onde estava o partido



NOVO para criticar essa iniciativa do governo neoliberal, do governo genocida, fascista do Bolsonaro? Estavam lá abraçados, o Zema fazendo campanha para o Bolsonaro, aí não tinha problema algum furar o teto de gatos. Agora, quando nós temos uma iniciativa do governo Lula de fazer com que a população que mais necessite tenha direito e acesso a recursos públicos, como o novo Bolsa Brasil, aí é um problema, o teto de gastos se transforma em algo que não pode ser de forma alguma modificado, alterado, não se pode estourar o teto de gastos. Aí vem todo um argumento tecnocrata, todo um argumento econômico que, na verdade, é só uma falácia oportunista e que não tem nenhum compromisso com o nosso País. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Claudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE CLAUDIO JANTA (SD):** O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Boa tarde, Ver. Claudio Janta, presidindo os trabalhos neste momento; agradeço o líder da bancada, Ver. Gilson Padeiro, pelo uso deste espaço. As pautas que eu trago aqui, para não destoar da discussão e das falas dos líderes que me antecederam, por óbvio, são a sensação de que estamos num País que, infelizmente, cultua a impunidade. Como eu, como o Ver. Gilson Padeiro, como o Ver. Ramiro Rosário, como o Ver. Kaká D'Ávila e todos vereadores aqui, queremos falar para as novas gerações que o crime não compensa, quando o sistema... E eu não estou falando das pessoas. Também é importante deixar claro que, hoje, para criar meme, para ter curtidas, seguidor, as pessoas atacam as pessoas. Eu não estou atacando pessoas, estou atacando o sistema, que está liberando da cadeia um condenado que soma 430 anos em condenações, o ex-governador Sérgio Cabral, com farta participação – caso as senhoras e os senhores possam, convido vocês a entrarem na internet e buscar vídeos, fartos, sobre a sua participação miliciana no estado do Rio de Janeiro, sobre os diálogos gravados, publicados, sobre as coisas que ele mesmo confessou. E esse mesmo sistema, vamos continuar dizendo, comete excessos, e nós estamos vendo mais um. Como nós vamos falar sobre responsabilidade fiscal, discutir no Legislativo – estamos aqui no Legislativo – vamos começar a questionar que utilidade temos para a sociedade, quando o STF pode, simplesmente... O sistema permite, eu não estou pessoalizando, eu não estou dizendo: Ah! O Gilmar Mendes; eu estou falando do sistema que permite esse tipo de escárnio. Agora, não precisamos mais nos preocupar com teto de orçamento, não precisamos vir aqui discutir o orçamento, não precisa, o STF decide o que pode e o que não pode, e os Legislativos ficam aí assistindo, impotentes, esse tipo de perigosa medida. Também estudem quais países fizeram com que o seus Supremos ocupassem o lugar dos Legislativos. E esse mesmo Supremo tem feito. E aí quero falar aqui, para não dizerem que não quis falar do Presidente eleito, o advogado do Presidente eleito usou as

regras do jogo para que ele pudesse ser candidato, para que ele fosse eleito, democraticamente. O nosso questionamento é esse sistema, o sistema insiste em dizer que o crime compensa, que ética e moral são coisas a serem jogadas fora. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**VEREADOR LEONEL RADDE (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 178/21 da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje, sendo novamente priorizado na sessão ordinária prevista para o dia 21 de dezembro de 2022.

**PRESIDENTE CLAUDIO JANTA (SD):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Cezar Augusto Schirmer está com a apalavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CEZAR AUGUSTO SCHIRMER (MDB):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o debate que estava sendo travado dá uma dimensão da preocupação não só desta Casa, mas, sobretudo, dos cidadãos brasileiros, com o que está ocorrendo no Brasil. É claro que eu poderia citar o que vem acontecendo já há alguns anos, alguns meses, mas bastaria citar o que aconteceu, no último fim de semana, nas decisões tomadas, à noite, por um ministro do Supremo Tribunal Federal; nas decisões tomadas, em 10 minutos, numa sessão da Câmara dos Deputados, em que decidi assuntos da mais alta relevância para o País, como já fez referência o Ver. Cassiá Carpes. Isso dá a dimensão, o exemplo claro do que estamos vivendo no Brasil: essa falta de compostura, essa falta de postura, essa falta de dignidade, essa falta de preocupação com o exemplo a ser seguido pelos cidadãos brasileiros.

Brasília virou sinônimo do caos moral, do caos social, do caos político. Brasília, e não a cidade, mas a elite brasiliense, aqueles que mandam no País, viraram símbolos de degradação, exemplo do que há de pior, não só no Brasil, mas para o mundo, pela dimensão, pela conduta, pela grandeza, pela falta de compostura, pela falta de dignidade. Eu vi uma entrevista do presidente do Senado, e quem estava ao seu lado? O ministro Lewandowski, no Senado da República. Primeiro, ministro não deveria falar e nem dar entrevista coletiva. Eu aprendi há 40 anos, quando estudei Direito. Os que estão à testa do Supremo Tribunal Federal decidiram assumir as responsabilidades, as competências, as funções e as atribuições do Poder Legislativo e do Poder Executivo. O ministro Gilmar Mendes, agora, decidiu ser o equivalente a 2/3 do Congresso Nacional; ele se dá o direito de mudar a Constituição autocraticamente, autoritariamente. Imaginem se alguém do Poder Executivo ou do Congresso Nacional mudasse a Constituição, decidisse, à revelia daquilo que são preceitos constitucionais de forma, de mecanismo, alterar a Constituição Federal. Por fim, um País, como uma sociedade,

como uma família, vive de referências, de exemplos, de valores, de posturas, de condutas exemplares. Mas que exemplos dão os nossos líderes para o povo brasileiro? Numa família, o exemplo, a referência é o pai e a mãe; uma família desestruturada, desregrada, por óbvio, deve, ao natural, conduzir os seus filhos a uma realidade adversa do ponto de vista do interesse de uma sociedade pacífica e digna. Assim, também, numa empresa, a referência é o seu titular, seu dono; a sua conduta, suas relações com a sociedade, suas relações com o poder público, suas relações com seus trabalhadores são uma referência, o exemplo que, obviamente, reflete na vida daquelas pessoas.

Para concluir, Sr. Presidente, um País que tem um Presidente da República descondenado, considerado como chefe de organização criminosa, chamado por todo mundo, inclusive no Brasil, de ladrão, que, legitimamente ou não, ascende à presidência da República, que exemplo vai dar? Qual será a conduta do cidadão? Se um homem assim pode ser Presidente da República, por que qualquer um de nós não pode agir contrariamente à lei? Mas não é só o Presidente eleito, é muito mais do que isso; são pessoas que foram condenadas e que, agora, voltam à tona. É o governador do Rio de Janeiro, o Sérgio Cabral, condenado a 360 anos de cadeia e, por um canetaço, um ministro o solta porque está em prisão preventiva há muito tempo... Mas então vamos soltar todos os brasileiros que estão com prisão preventiva! E são milhões no País! Agora, o Sérgio Cabral deve ter amigos poderosos em Brasília, caríssimo Presidente! É esse mau exemplo de conduta que está sendo dado ao País que fará com que, infelizmente, logo, logo, nós tenhamos no Brasil, mais do que hoje, uma sociedade violenta, uma sociedade permissiva, uma sociedade que transgredir a lei, a ordem e a democracia, pelo mau exemplo que dão os líderes, sobretudo, no Supremo Tribunal Federal.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereador Cassiá Carpes (PP):** Presidente Janta, só para reafirmar para o Ver. Radde que ninguém está fazendo *fake news* aqui. Jornal Estadão (Lê.): “Câmara afrouxa Lei das Estatais e pode facilitar ida de Mercadante para a presidência do BNDES.” Revista Veja (Lê.): “Câmara aprova mudança na Lei das Estatais que pode beneficiar Mercadante”. E, para concluir, G1 (Lê.): “Câmara flexibiliza Lei das Estatais e pode facilitar ida de Mercadante para o BNDES.” Ou seja, é tudo da mesma farinha.

**PRESIDENTE CLAUDIO JANTA (SD):** O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania):** Um mantra da esquerda que a gente tem acompanhado nos últimos anos é “Acuse-os do que você faz; chame-os do que você é.”

Recentemente a gente viu, durante a campanha, o Lula falando que o orçamento secreto é o maior esquema de corrupção do planeta. Do dia para a noite, pasmem os senhores, Lula passou a ser o maior combatente da corrupção no nosso País!

Ele, que foi preso, como vocês sabem, por ter liderado o maior escândalo de corrupção do planeta.

O que é o orçamento secreto? Eu não sei se vocês já pararam para analisar o que aconteceu durante a pandemia, com o Parlamento tentando derrubar o governo Bolsonaro. Um dos medos que o Parlamento tinha era de ser subjugado pelo Poder Executivo, porque o Poder Executivo é aquele que tem acesso ao cofre da União, é ele que decide quais projetos vão receber recursos no final da linha ou não. Para retirar poder do Poder Executivo, para retirar poder do governo Bolsonaro, os parlamentares aprovaram as emendas de relatores. O que seria isso? Um parlamentar eleito numa comissão teria a prerrogativa de escrever no orçamento quais emendas seriam aprovadas pelo Parlamento e executadas pelo Executivo sem que o Presidente soubesse quem era o autor do pedido original. O orçamento não é secreto porque não se sabe para onde vai, qual cidade é beneficiada, ele é secreto porque não se sabe qual parlamentar solicitou. E qual era a intenção do Parlamento durante a pandemia com isso? Impedir que parlamentares da oposição pudessem ter acesso ao orçamento da União para executar serviços nas suas cidades, nos seus estados. Milagrosamente, o PT, após a eleição, começou a dizer que esse orçamento feria a ética e deveria ser combatido, por quê? Não é porque eles são contra a corrupção, lembre-se: acuse-os do que você faz. Eles, na verdade, querem que volte o poder ao Poder Executivo para que os deputados federais e os senadores sejam obrigados a votar nos projetos de interesse do Poder Executivo, para que, então, seja liberado o orçamento para suas bases eleitorais. Na verdade, é o contrário do que se diz, e, com a Globo fazendo pressão, sabendo que o Judiciário também está fazendo força para apoiar o governo que está chegando, é muito provável, e nós percebemos nesta madrugada, que o orçamento secreto, que não é secreto porque não é público para os eleitores, é secreto porque não é público para o Presidência saber qual foi o deputado que solicitou, agora voltou a ser proibido, para quê? Para obrigar os deputados e senadores a votarem junto com o governo federal para os projetos que o governo entende que são prioritários. Ou seja, é o contrário do que dizem. É agora que vai voltar, sim, a corrupção. Quem sabe que muitos deputados federais e senadores prometeram muito mais do que conseguem entregar e vão se render ao Poder Executivo para poderem ter acesso ao recurso para os projetos que eles acham importante para sua cidade ou seu estado. Lembrando que, em todo o período do governo Bolsonaro, teve orçamento secreto, isso nunca foi uma discussão ética, falavam que era a corrupção, mas nós víamos os deputados do PT emendando o orçamento através de emenda do relator para levar serviços para suas bases eleitorais. E não era falado que os deputados federais do PT, do PCdoB, do PSOL, ou mesmo da oposição, PDT, estavam praticando corrupção. Por que o governo federal agora quer isso? Obviamente que é para obrigar os deputados federais a se renderem ao Poder Executivo como faziam no passado.

Como vocês sabem, durante muito tempo, nós não tivemos um Legislativo independente, e agora, infelizmente, o Legislativo Federal está se tornando alvo de ataques coordenados do Poder Executivo e do Poder Judiciário. Como, provavelmente, não seria aprovada a PEC da transição que, na verdade, é a PCE da inflação que vai nos

transformar numa Argentina em muitos poucos anos, porque não tem lastro para aquele dinheiro que está sendo impresso, e provavelmente não seria aprovado, porque a alegação era financiar o Bolsa Família, e sabemos que o Bolsa Família custaria R\$ 50 milhões por ano, e eles querem R\$ 200 milhões. Como o Parlamento ia reprovar, recentemente o Supremo retirou o Bolsa Família do teto do orçamento, ou seja, não precisamos mais aprovar a PEC da transição, mas querem tentar enganar a população fazendo parecer que aqueles que são responsáveis estão votando contra os pobres. Eles sempre invertem a narrativa. Sempre usam palavras difíceis para fazer parecer que aqueles que são responsáveis são, entre aspas, pessoas que querem o mal da população mais pobre. Sempre que vocês virem um político dizer que um outro colega é contra o pobre, tentem avaliar quais são os incentivos que estão colocados ali, e o que que, na prática, aquilo vai acabar se traduzido no final das contas, e, geralmente, vocês vão perceber que é o contrário do que está sendo falado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão aqui e pela TVCâmara, cidadãos e cidadãs. Não podia deixar, em nome da oposição, depois de ouvir tantas *fake news* ou até mesmo incongruências com a vida partidária, de vir aqui fazer alguns questionamentos. Primeiro, porque nós, da oposição, respeitamos as opiniões, desde que não ofendam nenhum cidadão, nenhum parlamentar e assim por diante. Mas lembram os senhores e as senhoras que já faz um bom tempo que aconteceu o golpe contra a Dilma, não é mesmo? A Dilma foi inocentada. Vocês acompanharam todo o processo. Há um bom tempo, o Lula, embora sendo preso, foi inocentado dos inúmeros processos que ora havia contra ele. A população de Porto Alegre, do Rio Grande, do Brasil, elegeu o Lula Presidente da República, e, agora, parte dessa população que perdeu a eleição, quer o 3º turno.

Vocês viram em algum país que teve o 3º turno ou o golpe militar? Aí alguns deles ficam bravos com os militares porque não tem nenhuma fala dos militares apoiando os movimentos, movimentos que estão claramente subsidiados pelo agronegócio, qualquer leigo sabe disso, que alguém está pagando por tudo isso e forçando o 3º turno. Não há 3º turno, companheiros e companheiras, colegas vereadores e vereadoras. A vida nos ensina a respeitar a vontade do povo, portanto, a democracia. O Ver. Camozzato esteve aqui falando mal do PT, mas o próprio NOVO teve o candidato a presidente, João Amoedo, que apoiou Lula no 2º turno. Amoedo apoiou o Lula no 2º turno! E aí nós vamos ouvir um colega do NOVO dizendo que o Lula isso, o Lula aquilo! Afastaram Amoedo só porque ele disse que ia apoiar o Lula. Que democracia é essa nesses partidos novos? Nós respeitamos cada partido com as suas instâncias para discutir. Aí o Schirmer vem aqui e diz “Lula ladrão”, mas o Schirmer

conhece muita gente que é ladrão, conhece muitos, inclusive do partido dele. Mas cá para nós, o que prevalece é fazer com que a vontade do povo dê a oportunidade para o Lula assumir, e não sinalizar já, como aconteceu na semana passada, alguns, eu diria, querer invadir o hotel em Brasília onde o Lula estava. Para quê? Vocês querem matar o Lula? Não vão conseguir! Lula vai assumir e vai fazer um excelente governo e tenho certeza de que o centrão tem que dizer por que quer manter o orçamento secreto, senão nós vamos na lógica da Tebet, candidata a presidente do MDB, que dizia que, em apenas um município, todo recurso que foi para tratamento odontológico daria para tirar ou obturar mais de 10 dentes de cada cidadão daquele município. Era um escândalo, e ela dizia: “Alguém tem que investigar!” É por isso, entre tantas e tantas denúncias, que o que é secreto não pode, quando se utiliza dinheiro público, ficar secreto. Nós temos, sim, Ver. Schirmer, que dizer que “o Xandão está botando ordem na casa” – o ministro Alexandre de Moraes. Foi preciso utilizar da sua prerrogativa para dizer que baderna como esta não pode continuar. Temos que respeitar as opiniões dos diversas parlamentares e fazer com que este País entre num processo de respeito e democracia.

Eu espero que esse Brasil chegue bem melhor, porque o último governo foi um dos piores da história da República. Quem está no Parlamento, ou o cidadão que mudou – muitos mudaram seu voto, até porque Lula ganhou a eleição – não tinha mais como viver com um cara que foi Presidente da República, nobre Presidente, e que era racista, que era fascista, que era misógino e que não podia ver a população de perto ou uma bandeira do PT, porque achava que tinha que prender quem era adversário.

Vá em paz, nobre Presidente Bolsonaro, e deixe a turma ir para casa, não fique instigando esse povo para querer dar um golpe. Não haverá golpe e, sim, um estado de direito, de respeito e de democracia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 16h08min:** Havendo quórum, passamos à

### **ORDEM DO DIA**

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 081/17, do PLL nº 032/21 e do PLL nº 067/21, por uma sessão.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Sr. Presidente, também solicito o adiamento da discussão do PLL nº 544/21 e do PLL nº 256/22, por uma sessão; até porque há colegas vereadores sendo diplomados no dia de hoje, então queremos adiar para quarta-feira.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, à Emenda nº 01 ao PLCE nº 019/22.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação requerimento solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 019/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Claudio Janta, ao PLCE nº 019/22.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCE nº 019/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLCE nº 019/22.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o requerimento, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLCE nº 019/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo as Emendas nºs 01 e 02, de autoria dos vereadores José Freitas e Alvoni Medina, ao PLL nº 271/22.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o requerimento, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 01 e 02 ao PLL nº 271/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo requerimento de autoria do Ver. José Freitas, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 ao PLL nº 271/22.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria dos vereadores José Freitas e Alvoní Medina, ao PLL nº 271/22.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o requerimento, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 271/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0840/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 019/22**, que altera o inc. XXIII do *caput* do art. 3º-A, o *caput* do art. 21, inclui os §§ 10 a 17 no art. 3º-A, o art. 32-C, o § 9º no art. 56, os §§ 5º e 6º no art. 62, a tabela XII e revoga o § 8º do art. 3º-A, os inc. I a XXXI do art. 21, o inc. XIV do art. 71, todos da Lei Complementar nº 7, de 07 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município, concedendo redução de alíquota incidente sobre os serviços até 31 de dezembro de 2036, inclui o inc. XXIV ao *caput* e o § 10 no art. 1º da Lei Complementar nº 306, de 23 de dezembro de 1993, que institui hipóteses de responsabilidade pelo pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN – e dá outras providências, para adequar a legislação municipal à Lei Complementar Federal nº 175, de 23 de setembro de 2020. **(SEI 118.00511/2022-19)**

#### **Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, CECE, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

#### **Observações:**

- com Emenda nº 01, do Ver. Claudio Janta;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 19-12-22.



**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em discussão o PLCE nº 019/22. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a matéria e prossegue sua manifestação, por cedência de tempo do Ver. Roberto Robaina.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Sr. Presidente, vereadoras, vereadores, este não tem como não discutir, só discuto este também, mas todo mundo conhece a minha posição. E hoje estive aqui o secretário Fantinel, Ver<sup>a</sup>. Mônica, ouviu aqui. Hoje nós homenageamos a Aiamu – Associação dos Auditores Fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre. Hoje, estava aqui o secretário Fantinel. Eu disse o absurdo que era o nível das isenções em Porto Alegre; a cada quinzena, nós temos um projeto de isenção. Ainda falei: do couro saem as correias, e o secretário concordando, a Aiamu concordando com isso. E aí, no mesmo dia, tem um projeto com quantas isenções! O Guilherme me traz aqui a lista, são isenções inacreditáveis, simplesmente o governo abre mão de receita, inclusive é crime, passa alíquotas de 5% para 2%. Não é Reis? E são quantas, em quantas áreas, feiras, exposições, congressos, competições esportivas, produção de qualquer nível, fornecimento de música, exibição de filmes, de recreação a criação, todos, não há uma área que não esteja prevista aqui. O que houve com o Executivo Municipal? Resolveu abrir mão da receita, é isso? O ISSQN é 5%, passa para 2%. Está bem, há partidos que ideologicamente defendem que o tributo é zero, eu não sei como fazer o serviço social, não é o meu caso, eu não vou discutir isso. Eu estou sendo coerente, fui eu que terminei com a isenção dos bancos em Porto Alegre, em dezembro de 1993, Lei nº 306; estou sendo coerente. Não é possível que o governo abra mão de receita, a não ser que tenha receita sobrando, a não ser que tenha dinheiro para fazer o saneamento básico, que não faz; a não ser que tenha para a casa popular, que não tem; a não ser que tenha para distribuição de cestas básicas, que não tem. O que a FASC me disse quando eu fui lá, Ver. Aldacir Oliboni, é que distribuía 10 mil cestas básicas ao mês, e a FASC me informou que precisava em Porto Alegre de 50 mil cestas básicas ao mês. E aí o que fizeram? Trocaram a presidente da FASC e agora distribui. Ver. Cassiá Carpes, eu nunca vi V. Exa. se preocupar com essa parte da periferia, 6.500 cestas básicas, eram 10 mil, passou para 6.500. A presidente anterior, Cátia Lara, disse que precisava 50 mil, o atual presidente passa para 6.500: 1.500 em cestas, 5 mil em vale. Aí nós questionamos: prefeito, por que isso? O cobertor é curto não tem para todos, mas nunca tem para os mesmos, sempre tem para os outros mesmos.

O que acontece? Para esses que não têm e que precisam do serviço público, precisam, não é para quem não precisa, sabemos disso, quem precisa de governo são os mais necessitados, são as pessoas carentes mesmo, quem precisa da fila do SUS, quem precisa do transporte coletivo de qualidade e barato, quem precisa da escola municipal ou estadual, quem precisa da moradia popular, quem precisa do auxílio emergencial, são as pessoas carentes, necessitadas, mas, para esses, nunca tem, nunca vai ter.

Hoje, eu sei que vai passar o projeto aqui, a tribuna não é para convencer ninguém, não se convence ninguém aqui, meu caro Johnny, da Aiamu, ainda bem que estás aí ouvindo, porque estavas aqui hoje. Eu falei na tua frente e do secretário Fantinel, pois aqui está outro projeto isentando tudo de novo – tudo de novo. E eu

perguntei para o secretário Fantinel, ali na saída; ele não me respondeu, foi embora. Mas o que é isso? Só sobra dinheiro, qual é o projeto, o que está por trás disso? Como assim, Presidente? Bem, o que acontece? Concluindo, o que acontece é que Porto Alegre fica empobrecida, mas é uma questão matemática, Ver. Oliboni, não é uma questão ideológica, não é política, é matemática: não cobra tributo. Então faz um nível de isenção, se quer fazer, para pessoas carentes, para atividades que realmente não tenham condições, debatendo conosco. Manda para cá esse torpedo, isso aqui é um escândalo! Esse projeto, com todo respeito, é um escândalo à parte. Foi retirada a emenda do Ver. Claudio Janta, a melhor parte do projeto foi retirada; teria o nosso apoio – queria declarar aqui o apoio –, mas foi retirada, não posso mais apoiar. Era uma ótima emenda, excelente emenda. Quero cumprimentar o Ver. Janta pela confecção e apresentação da emenda. Tens seus motivos para tirar, e eu respeito. Agora, era o que salvava parte do projeto, porque parte dessas isenções seria transformada em bolsa de estudo, não vai mais, não há mais a emenda.

De qualquer forma, e aqui concluo, Presidente, o que fica aqui é o nosso protesto. Lembrem disto: do couro sai as correias. Não vai ter correia mais, eles estão acabando com o couro.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra para discutir o PLCE nº 019/22.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Boa tarde, colegas vereadores, Presidente Cecchim, público que nos acompanha. Primeiro, eu gostaria de reforçar aqui que nós temos uma cidade que tem orçamento de R\$ 10 bilhões, e esse projeto de redução traz empresas, traz emprego, traz desenvolvimento para a cidade, porque cada empreendedor tem a oportunidade de escolher, de investir na cidade de Porto Alegre ou investir em Viamão, Canoas, Florianópolis ou Curitiba – a gente tem essa liberdade ainda hoje no Brasil. Então, quando a gente traz um projeto como esse, de redução de tributos, nós incentivamos a gerar empregos na nossa cidade, a trazer desenvolvimento. Por isso, eu reforço: o dinheiro da FASC, Ver. Jonas Reis, pode estar nos R\$ 14 milhões da empresa Mind Lab, que foi gasto pela Secretaria de Educação e nós não sabemos como será utilizado, pode ser naquele material didático que nós sabemos que também chegou e nós não sabemos como vai ser utilizado nos livros. Esse dinheiro também pode estar em outros gastos da Prefeitura que nós não sabemos como vai ser investido, como os R\$ 15 milhões de publicidade do gabinete do prefeito. Então, quando a gente fala em querer cada vez mais sugar do contribuinte, a gente tem que pensar como a Prefeitura está gastando o dinheiro, e não pegar mais, mais e mais dinheiro. Essa ânsia pelo dinheiro do contribuinte, onera quem? Sempre o mais pobre, aquele que paga impostos.

Eu considero positivo esse projeto que traz a redução tributária, e considero positiva a emenda que inclui a educação. E por que, Ver. Pedro Ruas, a importância da

educação? Porque Porto Alegre é a cidade que mais tributa a educação. Nós temos uma alíquota de 5% na educação, em compensação, Florianópolis é 2%, Curitiba é 2%. Exatamente, o Ver. Pedro Ruas reforça aqui que é a favor da emenda. E por que nós retiramos a contrapartida de bolsas? Primeiro, foi uma construção de vários vereadores desta Casa que estão sempre batalhando pela educação. Nós temos o Ver. Ramiro Rosário, a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, vários vereadores que estão buscando, ao longo deste ano, trazer a importância da redução dos tributos da educação. Por que a educação ficou fechada durante dois anos? Porque a gente tem 300 escolas de educação infantil que pagam 5% de alíquota de ISS, e essas 300 escolas têm, na média, 60 alunos, são pequenas, pedagogas donas de escolas que estão lá no dia a dia cuidando das nossas crianças, afinal o poder público não consegue entregar toda educação de qualidade e de vagas que a gente precisa. E por que a gente teve que trabalhar numa subemenda? Porque o próprio Tribunal de Contas apontou que no ensino fundamental não faltam vagas, logo não poderia ser utilizada a contrapartida de bolsas, pois é uma política pública que não bate, uma vez que nós temos já vagas na educação fundamental. Então não teria por que ter uma contrapartida de bolsas com as escolas. O que nós precisamos é ter baixos tributos na educação para que mais escolas venham a abrir vagas e que a educação seja pujante na sociedade, tanto a privada como a pública. Eu vejo que a educação deve ser construída por muitas mãos, e, aqui em Porto Alegre, nós podemos fazer isso. Nós temos a rede conveniada, nós temos a rede privada, temos a rede pública e todas com as suas características. Por isso eu considero importante essa emenda com a subemenda que já tem essa notificação do Tribunal de Contas. Como é que nós vamos dar vagas se Porto Alegre já tem todas as vagas supridas no ensino fundamental?

Para terminar, eu gostaria de reforçar que 95% das escolas de ensino fundamental de Porto Alegre já não pagam imposto, porque são escolas grandes, filantrópicas, por exemplo, a escola Marista Rosário, a escola Anchieta, outras escolas como essas grandes redes já não pagam o imposto na cidade de Porto Alegre. Por isso que essa redução, desvinculando bolsa, é tão importante para o pequeno empreendedor. São aquelas 300 escolas de ensino infantil, é o pequeno empreendedor, aquela pequena pedagoga que tem o seu amor pela causa das nossas crianças e jovens que empreendem, abrem escola e empregam, porque a gente sabe que uma escola de ensino infantil tem muitas pessoas para cada aluno. Nós sabemos que o setor de educação emprega muito. Por isso eu encaminho aqui o voto do Partido NOVO favorável à Subemenda n° 01, favorável à Emenda n° 01 e favorável ao projeto. A educação deve ser prioridade em Porto Alegre e deve sempre andar em mãos juntas à escola privada, à escola pública e à rede comunitária. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLCE n° 019/22.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Presidente Idenir Cecchim, meus caros colegas vereador, Ver.<sup>a</sup> Mari, fica muito claro que nós temos uma divergência ideológica, de visão de mundo com o Vereador Pedro Ruas, do PSOL, uma visão diferente sobre o papel do Estado na vida das pessoas. O Vereador Pedro Ruas faz uma defesa aqui contundente sobre a necessidade de termos uma maior arrecadação de impostos para poder, de alguma forma, contemplar os vácuos, as sombras sociais para que as pessoas possam ter o “pai” Estado as auxiliando no dia a dia, nas suas deficiências. A nossa visão é divergente.

Eu acredito, justamente, que nós devemos, como poder público, como máquina pública, reduzir a carga tributária sobre aqueles que têm a capacidade, pelo seu dom, pela sua vocação, pelo seu trabalho, de se dedicar não apenas em colocar o pão na mesa da sua própria família, mas também a capacidade de gerar emprego e renda para milhares de outras famílias. Na minha visão de mundo, o Estado não gera riqueza, quem gera riqueza são as pessoas, são os empreendedores, aqueles que colocam a sua vocação, repito, não apenas para o benefício da sua própria família, mas para o benefício dos seus funcionários, dos seus colaboradores, gerando emprego, renda, desenvolvimento e riqueza para a sociedade. É isso que é uma sociedade justa: uma sociedade onde todos possam ter a dignidade de empreender, de trabalhar, de ter a sua carteira assinada para poder crescer, de buscar a sua própria felicidade e de fazer com que nós tenhamos uma sociedade mais completa, uma sociedade, realmente, justa. Quero, inclusive, agradecer a sensibilidade da liderança do governo no sentido de que nós pudéssemos propor a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, porque, da forma como estava, a redução do ISS para as instituições de ensino seria suprimida, retirada do texto. Isso acabaria acarretando um aumento de arrecadação daquilo que foi proposto, portanto, aumento de impostos, de carga tributária, pois nós teríamos, sem a inclusão do ISS para as escolas, cerca de R\$ 3 milhões de superávit na arrecadação, no ano de 2023, passando para R\$ 6 milhões nos anos de 2024 e 2025. Por isso que é tão importante a inclusão das escolas privadas na redução, no benefício do ISS. Como bem disse a minha colega, Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, não foram uma, duas, três reuniões, foram inúmeras reuniões que nós tivemos, em conjunto também com a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia e com tantos outros vereadores, para que nós pudéssemos avançar nesta pauta junto à Secretaria da Fazenda e da Secretaria da Educação. A Secretaria de Educação também foi porta-voz desse sentimento de que não há déficit dentro do ensino fundamental em Porto Alegre e, portanto, que não haveria necessidade de bolsas de ensino na rede privada. Posso até discutir aqui se eu, particularmente, como agente político parlamentar, prefiro que a máquina pública, Prefeitura de Porto Alegre, abra vaga numa rede estadual ou que se compre vaga na rede privada. Particularmente, defendo que o ensino público do presente e do futuro deverá ser, cada vez mais, a compra de vagas na rede privada.

Portanto, nesse ponto específico, fica claro também que, nesse momento inicial, não haveria essa necessidade pela Secretaria de Educação, posso até discordar, porém é fundamental que a gente possa evoluir, aqui, na concessão do benefício, na redução do ISS, de 5% para 2%, das instituições de ensino. E que fique claro, como já

foi falado, que a maior parte das grandes redes filantrópicas já tem isenção, já tem o benefício do ISS. Nós estamos aqui falando de outras inúmeras redes, de outras inúmeras escolas e instituições que hoje não gozam desse benefício, inclusive cooperativas educacionais. E eu sei que é uma pauta que certamente o Ver. Pedro Ruas, do PSOL, defende: o cooperativismo. Nós temos cooperativas educacionais em Porto Alegre que hoje pagam o máximo da alíquota, em 5%, e que poderão ser beneficiadas com a redução para 2%, inclusive ampliando e melhorando a qualidade de ensino para os seus alunos, a sua infraestrutura escolar, para poderem beneficiar de uma forma muito melhor aqueles jovens, aquelas crianças que precisam dessa instituição de ensino funcionando a pleno.

Então fica aqui também o nosso pedido para que os vereadores compreendam a importância da aprovação da Subemenda nº 01, que, inclusive, foi assinada pelo líder de governo, para que a gente possa avançar nessa pauta. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 019/22.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, vejam o tremendo absurdo que, mais uma vez, o governo Melo denuncia para a cidade: o bolsa empresário. Há pouco estava aqui o vereador da base do governo quase falando contra o Bolsa Família. Quase! Ele não falou com essas palavras, mas ele falou contra os acordos do Congresso Nacional, que pressupõem, sim, garantir recurso para os que têm fome. Mas aqui na cidade ele não dá um pio do bolsa empresário. Quer reduzir impostos para quem? Para o empresariado, e a justificativa: “Ah eles vão trazer empregos”, a mesma justificativa fraudulenta da reforma trabalhista, que traria empregos! Cadê os empregos? Não respondem, se calam. Permanecem caladinhos! Mas não é só isso, eles se jactam com dinheiro público para entregar legalmente num projeto de lei a quem? Aos milagrosos empreendedores, esses megaempreendedores que virão aqui desenvolver a cidade. Gente, tem empresas que saem sem pagar impostos, como foi o caso das Casas Bahia, vocês se lembram, emblemático no Rio Grande do Sul; o governo Yeda deixou ir embora devendo milhões de reais para os cofres estaduais, que fazem falta. Mas eles não vêm para a tribuna falar das 72 mil cestas básicas, que é uma necessidade mensal deste Município. Não, eles vão abrir mão de impostos de milhões de reais, e o povo que está passando fome na periferia, isso não importa, porque eles estão com o peru de Natal garantindo; estão com seu panetone já comprado, e vão estourar uma boa espumante da serra gaúcha, enquanto os mais miseráveis continuarão sem vagas nas creches. E eles ainda vêm dizer: “Não, mas esse PL vai ajudar a comprar vaga no privado”. Tem oito escolas – oito escolas! – que poderiam ter já completado a sua construção, e eles não cobram do prefeito. Teve que a justiça ir lá, e faz um ano que ele não implementa! Atenção, moradores da Aberta dos Morros, do Lami, da Restinga, de outros bairros, Mário Quintana, tantos outros que têm escolas, que podem aumentar

as turmas, e o prefeito não aumenta. Então, eles vêm aqui dizer: “Não, esse projeto aqui vai ajudar a cidade!”, mas eles não cobram deste prefeito concurso público para médicos especialistas, dois anos na fila aguardando uma consulta com um cardiologista, um ortopedista! É um absurdo, é uma excrescência uma coisa dessas, no apagar das luzes de 2022, em dois anos, eles não cobram trabalho do prefeito! E o pior, olhem a contradição: o prefeito foi em todas as reuniões do Orçamento Participativo a que ele destinou apenas R\$ 10 milhões de um orçamento de 10,5 bilhões. E o prefeito dizia o quê? Era a frase que eu sempre ouvia: “Não temos dinheiro; o cobertor é curto; não tem como atender a todas as demandas da comunidade”. Mas claro que não, porque eles votam aqui o bolsa empresário, o dinheiro aos abonados, aos que já tem dinheiro para investir. Agora, o que está sem moradia, que nós temos um déficit de 61 mil casas nesta cidade; para habitação de interesse social, eles não entregaram uma em 2021. Eles não entregaram nenhuma em 2022. Eles não têm projeção nenhuma para os próximos dois anos de governo. A habitação de interesse social não; cesta básica não; vaga em educação não; consulta com especialista não; mas o bolsa empresário sim. Eles dizem sim ao bolsa empresariado e dizem não a você cidadão de Porto Alegre, que está aí lutando, muitas vezes, no trabalho informal, e aí você não vai ganhar isenção viu: você, que está no trabalho informal; você, que é camelô; você, que é pequeno empreendedor, você não; mas, para quem pode trazer uma franquia para Porto Alegre, no mínimo R\$ 100 mil para trazer uma franquia, mas você que está juntando R\$ 2mil, R\$ 3 mil para fazer um pão caseiro para vender nas sinaleiras, você não; para você, o prefeito diz não, mas para o grande empresariado tem o bolsa empresário.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCE nº 019/22.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Boa tarde, Presidente Idenir Cecchim, quero cumprimentar os colegas vereadores que aqui estão, também cumprimentar os colegas que estão agora sendo diplomados, logo mais às 17h, se não me engano. Quero dizer que, realmente, a visão de mundo de muitos vereadores que temos aqui é equivocada, é distorcida. Infelizmente, por muitos e muitos anos, as pessoas que votam na esquerda, que gostam do PT, tiveram o entendimento do “L”, do Lula Livre; exato, vereador, de ladrão também. Enfim, essas pessoas que têm o entendimento de que dinheiro dá em árvore, de que o empresário não é importante nesse ciclo todo, infelizmente não sabem como funciona: para ter emprego, nós temos que ter empresários; para as pessoas trabalharem, tem que ter empresário. Isso é básico! Eu gostaria de ver a oposição sendo empresário, colocando seu dinheiro a fundo perdido, sem saber efetivamente se o dinheiro que está sendo aportado no negócio, numa educação particular, num salão de beleza, numa garagem, numa loja, num comércio qualquer. Gostaria de ver a esquerda, que fala mal dos empresários, que não quer que sejam reduzidos impostos, que são importantes para fomentar as pessoas que querem

colocar a possibilidade de outros trabalharem. Na verdade, o pessoal da oposição acha que o empresário tem que ser sugado, que ele tem que ser apertado, só que é o contrário, quando a gente mata a galinha dos ovos de ouro, terminou os ovos. Os ovos de ouro estão na galinha, estão com o empresário que, sim, está ali colocando, volto a dizer, o dinheiro a fundo perdido, sem saber se seu negócio vai dar certo, pagando vários impostos, mas o mais importante, abrindo oportunidade para quem quer trabalhar. E aqui nós viemos falar especificamente da educação: escolas particulares, creches, escolas de educação infantil, de ensino médio, de ensino fundamental, que infelizmente foram as mais sacrificadas durante a pandemia, no fecha tudo que teve o apoio, novamente, da oposição, em que as crianças ficaram fora da sala de aula. É visão de mundo, é como a gente enxerga a engrenagem funcionando. Hoje, para ter emprego, tem que ter empresário; hoje, para ter dinheiro, para as pessoas terem renda, as pessoas precisam trabalhar. Ter renda para quê, gente? Para levar comida para dentro de casa. Básico! Falam tanto da fome mundial, que as pessoas estão com fome... Sim, as pessoas têm que trabalhar para ter dinheiro para comprar comida. Mas me parece que é um mundo de Alice no País das Maravilhas, é um mundo de ficção. Não querem, hoje, fazer a redução do ISS, possibilitando que mais de 34 segmentos possam ter o quê? Um fomento de poder abrir mais, poder colocar mais gente a trabalhar. Mas, claro, essa é uma retórica que, infelizmente, a oposição tem que segurar até o final, porque, se forem a favor, perdem o palco, perdem o tapete vermelho, tem que causar de alguma forma, e a forma que a esquerda gosta de causar é dizendo que o empresário tem que apertar, que tem que arrochar para o empresário, e que o empresário não contribui em nada para a construção de uma Porto Alegre.

Gente, vamos falar sério! Esse pessoal da esquerda deve viver em Marte! É bucha! Deve viver em Marte, não deve nunca ter tido uma carteira assinada para saber a importância de ter a carteira assinada, de mostrar que trabalhou, que rendeu, que foi útil para a sociedade inteira. Então, queridos, “sim” a esse projeto de lei, “sim” à emenda e à subemenda. Não tem que ter contrapartida! Redução de ISS não é dar com uma mão e tirar com a outra. Até porque, quando reduzimos o ISS do setor de eventos, nós não pedimos para que o setor de eventos tivesse uns dez eventos gratuitos em Porto Alegre; quando reduzimos o ISS da motomecanização, não pedimos para consertar nada. E agora, na educação particular – seja infantil, ensino médio ou do ensino fundamental –, também não tem que ter contrapartida. Nós vamos auxiliar que essas empresas e a educação possam ser fomentadas, deem mais oportunidades e que mais gente possa vir a trabalhar, porque trabalho é bom, não dói e não tira pedaço. É “sim” no projeto, “sim” na emenda e “sim” na subemenda. Muito obrigada.

(Não revisada pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o PLCE nº 019/22. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Vereadores e vereadoras, Presidente Cecchim, como dizia o Ver. Pedro Ruas, foi muito interessante o dia de hoje, porque nós tivemos justamente a homenagem a Aiamu, e eles apresentaram uma série de resultados a partir de estudos sérios que mostram a evolução da receita e, no mesmo dia, o governo apresenta um projeto que faz uma redução praticamente generalizada de impostos, sem fazer nenhuma discussão na Câmara de Vereadores do impacto financeiro dessa política tributária.

Não é uma questão de ser contrário à redução de impostos, eu acho a redução de impostos algo muito benéfico, desde que nós não tenhamos uma situação em que há cerca de 100 mil porto-alegrenses vivendo numa situação de fome. Ou seja, temos 100 mil porto-alegrenses que estão famélicos; nós temos a saúde abandonada; nós temos a educação sem a contratação de monitores, de professores e de funcionários; então há demandas sociais que devem ser atendidas. Se essas demandas sociais estão sendo minimamente atendidas, bem, então se discute uma redução tributária ou então se demonstra que essa redução tributária vai ter efeito multiplicador na economia a tal ponto que a redução tributária vai gerar, sim, novos investimentos, vai gerar emprego e renda e, portanto, vai ter um impacto na economia da cidade. Mas não! Não tem nenhum estudo. E os vereadores que são da base do governo falam qualquer coisa; a Ver.<sup>a</sup> Nádia é o simbolismo, digamos, do discurso sem argumento. Ela vem e, ao invés de argumentar, ela fica atacando os outros, diz que a esquerda quer desprezar os empresários! Não tem nada a ver com isso, nós estamos numa economia capitalista, os empresários têm um papel no investimento, mas, evidentemente, quem garante a produção de riquezas são sempre aqueles que trabalham, os trabalhadores garantem a riqueza a ser produzida. Não tem empresário que faça investimento sem ter que contratar trabalhadores; eu nunca vi um empresário fazer investimentos sem contratar trabalhadores, e, até onde sei, os trabalhadores são os que garantem a produção. A Ver.<sup>a</sup> Nádia só se pauta por grandes empresários, não é nem por pequeno. A Ver.<sup>a</sup> Nádia é daquelas que gostam de enaltecer o dono da Havan. Que alegria ela ficou! Vocês se lembram a alegria que a Ver.<sup>a</sup> Nádia e alguns parlamentares da extrema direita ficaram com o Havan? Esse Havan, eu até me lembro que o Ver. Janta teve um papel positivo aqui, denunciou a sonegação de mais de R\$ 150 milhões do velho da Havan, como é conhecido, e a Ver.<sup>a</sup> Nádia é daquelas que diz: “Não, esse sujeito é uma maravilha para o Brasil”, porque ela é uma bolsonarista. Felizmente, nós estamos virando essa página. Infelizmente – aí entra a situação de Porto Alegre –, não é o caso de Porto Alegre; afinal de contas, esta Câmara de Vereadores conseguiu fazer a façanha de votar uma moção de repúdio ao Alexandre de Moraes, ao juiz, ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que garantiu que nós tivéssemos uma eleição limpa. E a Câmara de Vereadores fez uma moção de repúdio ao Alexandre de Moraes. A Câmara de Vereadores ainda tem maioria bolsonarista, por incrível que pareça, por quê? Porque o prefeito Melo aderiu ao bolsonarismo. O prefeito Melo tem como vice o Ricardo Gomes, que é um político que acha que não é necessário o serviço público, que não é necessário o Estado para contratar professores, porque ele só quer escola privada, não quer escola pública; que não é necessário saúde pública. O Ricardo Gomes é o tipo de político que só defende a



terceirização da saúde. Nós estamos vendo, o Ver. Oliboni falou disso hoje. O governo estava tentando contratar uma gestão para a saúde de Porto Alegre, terceirizando, privatizando a saúde, teve que vir a Polícia Federal desbaratar um esquema de corrupção que estava se montando aqui.

Então nós queremos, sim, atuar com seriedade em relação aos recursos públicos. Primeiro, discutindo de modo sério aonde é que vão os recursos – é importante discutir as despesas do governo. Nós não queremos despesas como essa despesa de publicidade que o prefeito Melo quer fazer contratando empresas de outros estados; nós não queremos esquemas de corrupção como o que ocorreu e foi desbaratado pela Polícia Federal na saúde de Porto Alegre; nós não queremos as terceirizações na educação. Então nós queremos, sim, discutir como se realizam as despesas do Município, mas também queremos discutir as receitas, para que não se façam das receitas do Município negócios políticos para beneficiar empresários que, depois, vão ajudar a sustentar o governo para que nós tenhamos a reprodução de um governo que só se interessa pelos empresários, de preferência pelos grandes empresários, como é o caso da Ver<sup>a</sup>. Nádia, que é, digamos, uma expressão excessiva, o próprio Ver. Ramiro Rosário, que adora também só grandes empresários, porque eles são os políticos dos grandes empresários, financiados pelos grandes empresários, reproduzem os interesses dos grandes empresários, não é dos pequenos e não é dos médios, é só dos grandes. Como Porto Alegre não está com esta bola toda na economia, não tem tanto grande empresário com sucesso, então eles estão com menos força, inclusive eleitoral. Por isso que nessa eleição, hoje temos a diplomação, vão ter vários deputados eleitos pela esquerda, pela direita são dois e da esquerda são cinco. Quer dizer que hoje foi 5 a 2 na diplomação: cinco deputados da esquerda do Parlamento Municipal e dois da direita. Isso é a tragédia do Município de Porto Alegre porque, antes existia um centro, o próprio Mello era uma tentativa de ser centro, o Ver. Cezar Schirmer era uma tentativa de ser centro, o presidente que agora está me assinalando para eu concluir a minha palavra, este centro se evaporou porque foram todos para o bolsonarismo. Está na hora de abandonar o bolsonarismo para que nós tenhamos efetivamente transparência, controle público e democracia. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Quero agradecer a presença do pessoal da Aiamu que esteve até agora no plenário.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 019/22, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente Idenir Cecchim, vereadores e vereadoras, público que nos dá a honra da assistência, eu quero mostrar aqui, neste momento, que este projeto peca muito no que tange à economia de Porto Alegre e as emendas o pioram, à exceção da Emenda nº 01, de autoria do Ver. Claudio

Janta, que não permanecerá porque a subemenda termina com a emenda. Preste atenção meu caro Johnny Racic, um dia falaremos mais sobre este tema.

Vejam só, a emenda, e eu digo aqui respeitosamente, Ver. Ramiro Rosário, veja que estou dando destaque a V. Exa. porque é importante, o que mais me chamou atenção é que ela retira o prazo de 2036. Alguém falou aqui, Ver. Claudio Janta, em diversas reuniões do governo e chegou a um consenso de que o limite dessa isenção é o ano 2036 – esse era o máximo, esse era o limite máximo, o que já é um absurdo. Aí o Ver. Ramiro, que eu saiba, ou não apresentou isso no debate do governo ou apresentou e foi vencido, a sua Emenda nº 03, que retira o prazo. Guilherme, de quem é a Emenda nº 03? Eu tenho como sendo o Ver. Ramiro Rosário; então eu retiro o nome Ramiro Rosário, peço desculpas e coloco Mauro Pinheiro, mantenho todo conteúdo. Ah, mas assina junto com ele; então, não fica me enrolando, fazendo eu perder tempo aqui. Ora Bolas! Olha aqui a lista, olha a lista aqui, eles retiram, Robaina, todos esses itens aqui que tinham limite para 2036. Ver.<sup>a</sup> Abgail, 2036 era o limite máximo do absurdo da concessão, da entrega do dinheiro público, do não recebimento, era o máximo. Aí vem o Ver. Ramiro ou o Ver. Mauro Pinheiro, ou seja lá quem for da base, vieram aqui e tiraram o prazo. Então, é para sempre, é para sempre! E eu disse para o Guilherme: guarde isso; nós, na Prefeitura, vamos mudar isso; guarde isso! Vamos mudar, por lei, isso. O Ver. Robaina usou um exemplo que eu quero complementar: 5 vereadores da oposição se elegeram, da esquerda, 5! Mas eram apenas 10 – 5 de 10 são 50%; na situação, eram 26 – elegeram-se 2. Para eles terem os mesmos 50%, teriam que eleger 13. Então, vejam a diferença de fato. Porto Alegre deu a demonstração de que começou a repensar seriamente o que é o governo Melo, isso é entreguismo, bem como seu descompromisso com o erário. Isso é descompromisso, Ver. Schirmer, descompromisso, isentar todo mundo de tudo. Mas como é que faz para fazer política social?

Concluindo, John Maynard Keynes, já tinha proposto que a única forma, em tempo de crise, de o capitalismo incentivar a produção e de retornar a geração de empregos, enfrentou a crise de 1929, nos Estados Unidos, no mundo, era justamente investimento estatal. Mas quem é o prefeito Melo para ousar pensar diferente? Quem ele está pensando... E não conhece... Bom, acho que não conhece mesmo, não deve conhecer. Então ele acha, aqui é a conclusão, encerramento, o prefeito acha que, na verdade, acabando com a receita, ele consegue fazer uma cidade melhor. Vai ser o único caso no mundo!

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Eu gostaria de explicar sobre um projeto de autoria da Mesa, Ver. Roberto Robaina, que versa sobre os salários do prefeito e dos secretários. O atual prefeito não quer receber aumento, seria para o próximo prefeito e próximos secretários. Isso também versa sobre o teto. Nós temos a Procuradoria, por exemplo, que ganha R\$ 42 mil e está pedindo sucumbência. Temos outras categorias aqui, inclusive na Casa, que, se o teto salarial ficar como está, vai

parar. Então, eu acho que nós temos que dar uma olhada com muito carinho, nós precisamos conversar, pois isso é uma coisa que não é para o atual governo, porque ele não aceitou, o prefeito Melo disse que não aceitaria aumento para ele. Seria para o próximo prefeito e os próximos secretários, para nós poderemos ter pessoas qualificadas no governo. O Ver. Jonas, certamente, não explica quanto ganha para sua população. Eu vou começar a contar, para as bases também, quanto que ganha um vereador, até ganha pouco em relação, Ver. Pedro Ruas, a um vereador de Gravataí, que ganha mais que V. Exa., ele está me informando que ganha R\$ 1 mil a mais. Então, não vejo nada de...

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Presidente Cecchim, eu queria só expressar uma preocupação, que, agora, às 17h, nós teremos a diplomação dos deputados. E eu já recebi informe, por exemplo, que dois dos vereadores do PCdoB já tiveram que se retirar da sessão *on-line* para poder acompanhar sua própria diplomação, na medida em que tanto a Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues quanto a Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos foram eleitas. Então, a minha preocupação é, nesse caso, com a dinâmica da sessão.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Assim que o Ver. Claudio Janta terminar o seu pronunciamento, eu convido os líderes que venham até à Mesa para acertarmos uma sessão extraordinária para quarta-feira de manhã, para compensarmos esta, de agora, e permitir que os diplomados possam ser acompanhados e possam estar tranquilos na sua diplomação.

**Vereador Claudio Janta (SD):** Não vou usar o tempo ainda para falar, Presidente, eu só vou dizer que, se essa preocupação fosse verdadeira, não se usava tanto a tribuna aqui, e os vereadores estão lá sendo diplomados, é um número pequeno aqui da Casa que não impede de nós tocarmos os trabalhos.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Vamos votar esse projeto do ISS e depois vamos combinar. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE n° 019/22, pelo governo.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** As verdades de dois lados, as verdades que só interessam. A oposição fala aqui que o prefeito não quer o capital, que o prefeito não vê o crescimento da cidade; quando a cidade e o Estado só crescem se houver investimento público. Nós estamos falando aqui de parar de perder empresas na cidade de Porto Alegre. Nós estamos falando aqui de parar de perder empresas que saem de Porto Alegre e vão para outros municípios. Por isso nós temos que competir, senão o Estado não vai participar. E Ver. Oliboni, Ver. Pedro Ruas, Ver. Roberto Robaina, o trabalho existe porque existe o capital. O capital existe porque existe o trabalho.

Nós apresentamos a emenda e fomos ver, pasmem, as bancadas federais, que nesta Casa todos têm representação, nada fizeram até hoje para discutir a questão da filantropia. Quando nós fizemos a emenda, nós queríamos atingir as grandes redes de

educação em Porto Alegre que fizeram o reajuste das mensalidades, que vão de 12% a 18%. Nós queríamos atingir essas grandes redes, só que 99,9% dessas grandes redes são filantrópicas e cobram mensalidades altíssimas dos seus alunos e não dão nenhuma contrapartida. Fizemos a emenda acreditando que nós poderíamos atingir a educação de base, só que já tem uma decisão do Tribunal de Contas do Estado dizendo que não cabe isso ao Município. Então nós iríamos penalizar as escolas de educação infantil. Por isso nós estamos encaminhando para aprovar a emenda e a subemenda, porque nós não podemos penalizar quem mais foi penalizado na questão da covid. Nós não podemos penalizar quem vem sendo penalizado diariamente na questão da educação infantil. E queremos dizer que o capital e o trabalho trabalham juntos. Se nós não tivermos empresas em Porto Alegre, nós não teremos emprego.

Nós criamos um limite de empresas para instalar em Porto Alegre. Nós tiramos todas as indústrias de dentro de Porto Alegre. Nós levamos as indústrias de Porto Alegre para Gravataí, Cachoeirinha, Canoas e Guaíba. Nós tiramos as indústrias de dentro do Porto Alegre. Nós, por não termos logísticas das nossas saídas de Porto Alegre, há tempo, tiramos os CDs das grandes empresas de Porto Alegre; hoje os CDs dos grandes supermercados, das grandes lojas de varejo, estão fora de Porto Alegre, estão em Eldorado do Sul, em Guaíba, em Canoas, em Gravataí. Nós temos que transformar essa cidade atrativa para os investimentos. Nós estamos colocando o imposto em Porto Alegre igual ao imposto de toda Região Metropolitana, para as empresas pararem de sair daqui e para voltarem para cidade de Porto Alegre, voltarem a habitar bairros de Porto Alegre, onde nós estamos tentando desenvolver as cervejarias, onde queremos desenvolver a questão do TI, voltarem para várias partes da cidade de Porto Alegre. Agora, não temos como penalizar a educação infantil, não temos como penalizar 300 escolas em Porto Alegre, já que o justo era fazer isso com as grandes escolas. Nós vamos continuar lutando para que essas empresas que recebem filantropia deem bolsa de estudo, atendam pelo sistema único de saúde. É por isso que nós temos que lutar e vamos seguir lutando.

Gostaria de fazer um apelo às bancadas em Brasília: mudem esse critério da filantropia. Se receberem 50% de filantropia, têm que dar 50% de filantropia também, têm que dar 50% de atendimento ao SUS, têm que dar bolsas de estudo, têm que dar até enterro, porque essas filantropias hoje estão na frente de hospitais, na frente de escolas, na frente do cemitério e por aí afora, recebendo filantropia e não retribuindo essa filantropia à população e ao povo de Porto Alegre. Por isso que nós encaminhamos pela aprovação do projeto, pela aprovação da Emenda nº 01 e da sua subemenda, pela aprovação da Emenda nº 02 e rejeição da emenda nº 03, Ver. Pedro Ruas, porque tem que ter prazo. Se não tiver prazo, o projeto não existe. Então nós firmamos o prazo que o governo está dando até 2036, rejeitando a emenda nº 03. Muito obrigado, Sr. Presidente e pares desta Casa.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 019/22.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL):** Sr. Presidente, telespectadores da TVCâmara, colegas vereadores, um projeto importante vai ser votado em instantes, um projeto que reduz a carga tributária do nosso Município. Porto Alegre está em penúltimo lugar, pelo índice IDEB, em educação. Penúltimo lugar entre todas as capitais brasileiras; 26º lugar! É inacreditável, mas é a grande verdade. A Constituição da República Federativa do Brasil determina, no seu art. 212, que a União deve investir no mínimo 18% do seu orçamento em Educação. Estados, municípios e Distrito Federal no mínimo 25%. Então, educação deve ser a nossa prioridade. Este projeto é bom, um projeto importante, que diminui a carga tributária e vai ao encontro do interesse de um milhão e meio de pessoas que moram em Porto Alegre. Então, o nosso partido encaminha favoravelmente a este projeto tão importante para a nossa cidade, porque Porto Alegre não pode parar.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, a Emenda nº 01 ao PLCE nº 019/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM** e 04 votos **NÃO**.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Fica, Presidente, respeitosamente, claro, um questionamento nosso sobre a validade da votação, face ao fato de que nós tínhamos... é um questionamento nosso, um pré-questionamento, nós tínhamos vereadores, legalmente, obrigatoriamente, ausentes. Obrigado.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Feito o registro. Há quórum, poderiam ter colocado suplentes como fez o PSDB hoje. Há a alternativa de colocar o suplente, o PSDB deu o exemplo. Então, está feito o registro.

Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCE nº 019/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, a Emenda nº 02 ao PLCE nº 019/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 22 votos **SIM** e 05 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 03 ao PLCE nº 019/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que não a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **REJEITADA**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o PLCE nº 019/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM** e 05 votos **NÃO**.

Tendo em vista o acordo da maioria das lideranças, passamos à apreciação do PLE nº 042/22 e PLE nº 047/21.

## DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 0890/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 042/22**, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial (BIRD-BM) e Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), com a garantia da União, até o valor de € 129.600.000,00 (cento e vinte nove milhões e seiscentos mil euros). (SEI 118.00534/2022-23)

### **Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

### **Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 122, III, da LOM;  
- incluído na Ordem do Dia em 19-12-22.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em discussão o PLE nº 042/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha a discussão desse projeto de lei, é importante lembrar que o governo, mais uma vez, quer contrair empréstimo, dinheiro, depois vai pagar juros. Mas ao mesmo tempo o secretário da Fazenda vem a esta Casa e diz que está sobrando dinheiro no caixa da Prefeitura, e não é pouco, é mais do que está aqui, mais milhões. Então pergunto: por que tanto dinheiro se não tem projeto? Eu não vejo um projeto de viaduto na cidade, eu não vejo um projeto de duplicação em andamento na cidade, eu não vejo dinheiro para cultura na cidade, eu não vejo pavimentação decente na cidade, eu não vejo produção de escolas na cidade, postos de saúde. A região da Restinga precisa de novos postos saúde e até agora nada. E só cresce: a Hípica também, Sarandi, Rubem Berta, Mário Quintana.

Aí a gente vê aqui o empréstimo para revitalização do Centro e do 4º Distrito. O prefeito quer contrair empréstimo. E o resto da cidade? Um milhão e 500 mil habitantes, por que não está aqui nesse empréstimo uma divisão equânime desses recursos entre a cidade, para pelo menos garantir a água na região do Morro da Cruz, da Lomba do Pinheiro? Por que só o 4.º Distrito recebe dinheiro? Por que não tem um empréstimo para receber dinheiro a Zona Leste? Por que só uma região? Por que não traz o projeto, por exemplo, pega um empréstimo para construir os BRT's. Olha os ônibus da cidade, gente, está um horror! Não tem dia que tu não passes... quem circula

de ponta a ponta sempre tem ônibus estragado; os ônibus com assoalho remendado; eu não vejo ligarem o ar-condicionado do ônibus. E aí o empréstimo é só para o Centro Histórico e para o 4º Distrito. Eu quero ver o desenvolvimento da cidade, mas só se fala em Centro Histórico e 4.º Distrito. E agora o prefeito quer R\$ 700 milhões apenas para isso. Ele vai tomar um “tufo” enorme na eleição governando para uma fração da cidade. É preciso governar a cidade para todos os bairros, são 90 bairros. Já passaram dois anos, e ele só fala em Centro Histórico e 4º Distrito. Quando é que ele vai falar das demais regiões? Zona Norte é extremamente populosa, não dá! Olha, prefeito, eu não sei se o senhor está mal assessorado ou a assessoria está querendo lhe dar uma rasteira e depois vai lançar outro candidato a prefeito, não sei o que que está acontecendo, queria até entender. Será que são pessoas que estão produzindo esse projeto, que depois vão resgatar o Marchezan como candidato, para mostrar que a cidade não funcionou nas mãos do Melo? E aí vão dizer da mesma propaganda que o senhor fez, arrependimento mata. Aí vota num, vota no outro? O Ramiro gostou aqui, fala em Marchezan, o Ramiro gosta. Quem não gosta é Porto Alegre, Ramiro, que não elegeu legenda para deputado federal.

Mas, enfim, são questionamentos. Eu gostaria de ver toda a cidade sendo abraçada, mas novamente o prefeito opta apenas por uma fração. Sinal de que, na campanha de 2024, Ver. Cecchim, acho que ele vai fazer campanha só no Centro Histórico e no 4.º Distrito, não vai conseguir entrar nas outras regiões. Não vejo obra, não vejo nada. O mínimo que a gente pede é escola, cesta básica, posto de saúde, e não tem.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLE nº 042/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM** e 04 votos **NÃO**.

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 1170/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 047/21**, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), até o valor de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais). (desarquivado pelo Ver. Claudio Janta) (**SEI 118.00323/2021-18**)

### **Parecer:**

- da **CCJ**. Relatora Ver<sup>a</sup> Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

**Parecer Conjunto:**

- da **CEFOR e CECE**. Relatora-Geral Ver<sup>a</sup> Mari Pimentel: pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 122, III, da LOM;

- incluído na Ordem do Dia em 19-12-22 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em discussão o PLE nº 047/21. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha a discussão deste projeto, em princípio, se não fossem as prioridades da cidade, este projeto estaria correto. A ideia é correta, o tempo é errado. Enquanto 1/3 das escolas não tem caixa d'água em funcionamento adequado, o governo acha que tem que contrair empréstimo para instalar um programa de energia solar. Eu quero o programa de energia solar, mas antes eu quero as caixas d'água. Não adianta gerar energia solar na escola e não ter água nas torneiras dos banheiros, da cozinha das crianças, dos alunos. E outra: 2/3 das escolas têm problema nas quadras esportivas. Por que não tem a contratação de um empréstimo para fomentar a estrutura de esporte das escolas? Por que não tem? Porque eu acho que não tem Secretaria de Educação, que elege prioridades e entrega para o centro do governo o que tem que ser primeiro, o que tem que ser depois. Comprar agora R\$ 9 milhões em livros de uma empresa apenas. Como é que pode, com uma concorrência não existindo, uma empresa ser contratada, e a Prefeitura gastar R\$ 9 milhões? Alô, Ministério Público de Contas, aguardo que vocês analisem isso, se está correto isso. Uma empresa leva R\$ 9 milhões de livros. E aí eu fico pensando: gastou R\$ 9 milhões lá, e aí? Agora, pede R\$ 22 milhões para este projeto. Eu acho correto e vou votar a favor. Vou votar a favor porque eu quero que a gente faça uma cidade mais sustentável, mas eu não posso perder a oportunidade de questionar por que o governo não faz as obras estruturais das escolas, por que o secretário de obras vai demorar mais dois anos para começar a obra da Escola São Pedro, que está todo dia no Balanço Geral? Secretário de obras, por favor, alô, alô, o senhor pode chegar na Escola São Pedro e olhar que uma semana uma turma tem aula e, na outra, outra turma, e o ano letivo está sendo prejudicado. A secretária de Educação vai continuar aceitando esta desculpa furada do secretário de obras que só ano que vem, já faz dois anos que a escola São Pedro aguarda. E aí o governo, no final do ano 2022, prioriza aqui contratação de empréstimo para um programa de energia solar. Reitero, é bom, mas e as outras necessidades da educação?

Gente, eu, como professor, não posso aceitar que não tenha professor em número suficiente. Não fazem concurso, faltam vagas, faltam mais de cinco mil vagas de educação infantil para criança de 4 e 5 anos de idade. O governo não constrói vagas, mas diz que vai construir o programa de energia solar. Eu acho importante, claro, nós queremos escolas assim e, se isso de fato acontecer, é uma conquista da cidade, de



muita discussão que tem, inclusive, no LIAU – Laboratório de Inteligência do Ambiente Urbano – das escolas municipais, para quem não sabe, são programas de educação ambiental que as escolas produzem há muito tempo, inclusive tem projeto-piloto até de cisternas de captura e reuso de água. Mas como não deixar consignado nas notas taquigráficas esta falta de hierarquia de prioridades da SMED. Que contraísse um empréstimo, SMED, para construir novas escolas. Tem uma demanda de mais de cinco mil vagas de educação infantil. Eu vou votar a favor, mas a secretaria parece que não quer criar vagas. Antes deste projeto deveria vir um projeto aqui de contração de empréstimo para abertura de novas escolas, para cobertura de quadras esportivas, para reforma de escolas. Vou votar a favor e vou aguardar os próximos projetos. Espero que venham, vou esperar, tomara que eu não espere mais dois anos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLE nº 047/21.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Boa tarde. O Ver. Jonas Reis tem uma fixação pela gestão passada, gestão do PSDB na Prefeitura de Porto Alegre. Falou agora dos empréstimos. É importante dizer e reforçar, nós já aprovamos nesta Casa o empréstimo recente para as questões sociais, assistência social; aprovamos, agora há pouco, para investimentos no 4º Distrito, no Centro Histórico, e do BRDE. Vale lembrar que, em 2017, aqui estão os técnicos da Secretaria da Fazenda que não me deixam mentir, com dados de 2016, na gestão retrasada, Porto Alegre teve sua nota rebaixada, dentro da Secretaria do Tesouro Nacional. O que significa isso? Porto Alegre foi para o SPC, para o Serasa das prefeituras, impossibilitada de contrair qualquer novo empréstimo, qualquer financiamento para fazer investimento necessário em obras, infraestrutura, assistência social, e por aí vai. Porto Alegre não honrava como mínimo dos seus compromissos, já não estava mais pagando os salários em dia, não pagava os fornecedores, sequer areia para produção de asfalto tinha condições de poder pagar, porque não havia qualquer equilíbrio financeiro, qualquer equilíbrio de caixa. E foi graças à gestão passada, com a qual o Ver. Jonas Reis do PT tem uma fixação, que Porto Alegre conseguiu finalmente, com reformas, muitas delas, amargas, é verdade, equilibrar suas contas e fazer o básico que qualquer um de nós busca fazer nas nossas casas, que qualquer empresário busca fazer na sua empresa, que qualquer presidente de CTG busca fazer no seu piquete, que é gastar menos do que se arrecada. E foi graças ao equilíbrio financeiro que Porto Alegre teve a sua nota aumentada, com retomada da capacidade de financiamento, retomada da capacidade de contrair empréstimos, para poder investir recursos onde mais se precisa, que é em serviços e obras à população.

Eu acho importante se fazer esse registro, porque, volta e meia, parece que isso acaba ficando despercebido, e é fundamental termos essa ciência, sempre renovar esse compromisso com austeridade fiscal, com equilíbrio financeiro, que possibilita, entre outras coisas, que Porto Alegre honre com seus compromissos financeiros e

também possa avançar em benefícios tributários, como já demos hoje aqui de tarde, bem como a possibilidade de contrair novos empréstimos e financiamentos para obras e serviços na cidade de Porto Alegre. Cabe também reforçar aqui um novo apelo que faço a Prefeitura. Hoje tiramos o benefício tributário de uma empresa estatal da Procergs, do governo do Estado; bom, está se buscando isso, é justo, votei a favor. Agora é fundamental também que a Prefeitura de Porto Alegre, já que está buscando financiamentos, buscando recursos, inclusive retirando benefícios de estatais estaduais, que a Prefeitura possa apresentar bons projetos para o *Programa Avançar*, do governo do Estado. Até agora, o nosso Município, o poder público municipal não apresentou nenhum projeto do *Programa Avançar*, do governo do Estado, que já beneficiou quase a totalidade de municípios do nosso Estado do Rio Grande do Sul. Os projetos do *Programa Avançar* que foram contemplados na cidade de Porto Alegre, como a reforma do Multipalco do Theatro São Pedro e também de investimentos do Hospital de Oncologia na Vila Nova, na Zona Sul de Porto Alegre, com o nosso diretor Dalmolin, isso só foi possível graças às iniciativas privadas da Fundação Theatro São Pedro e do Hospital Vila Nova. Nós queremos ver também a Prefeitura de Porto Alegre apresentando projetos ao governo do Estado, ao *Programa Avançar*, para que possa ser contemplado nas mais variadas áreas, desde transporte público, mobilidade urbana, saúde, revitalização de espaços públicos e, quem sabe, até um consórcio de resíduos sólidos. Queremos que isso avance, já foram pagos mais de R\$ 3 bilhões, meu líder, Gilson Padeiro, colega de partido, pelo governo do Estado, para possibilitar, nas mais variadas áreas, o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. E a Prefeitura de Porto Alegre, nossa vice-líder, que inclusive homenageou agora, recentemente, o governador Eduardo Leite, a Prefeitura de Porto Alegre, da qual a senhora é vice-líder do governo, não apresentou nenhum projeto ao governo do Estado para poder buscar recursos para investimento da população de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o PLE nº 047/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito às lideranças que se aproximem da Mesa para tratarmos sobre uma sessão extraordinária, na quarta-feira pela manhã, às 9h30min, direto na Ordem do Dia. Vamos votar até terminar. Por favor, vereadores, precisamos arredondar algumas coisas aqui da Mesa. (Pausa.)

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0743/22 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 060/22**, de autoria da Mesa Diretora, que altera o *caput* do art. 1º, o *caput* do art. 3º, o *caput* do art. 4º, o art. 5º e o art. 6º; inclui § 3º no art. 1º, § 2º no art. 3º, §§ 4º, 5º e 6º no art. 4º e arts. 5º-A, 6º-A e 6º-B; e revoga o § 1º do art. 4º, todos na Resolução nº 2.533, de 21 de dezembro de 2018, que institui o auxílio-saúde, ampliando a concessão para servidores adidos que não percebam a remuneração pela CMPA, atualizando o valor do auxílio-saúde e dando outras providências. (SEI 014.00024/2022-79)

**Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

**Observação:**

- incluído na Ordem do Dia em 19-12-22 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em discussão o PR nº 060/22. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) OS Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade dos vereadores do Partido NOVO, com abstenção do Ver. Jessé Sangalli e voto contra da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel e do Ver. Ramiro Rosário.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h43min.)

\* \* \* \* \*